

# O papel do patrimônio cultural no desenvolvimento local na Bahia: a experiência de Cachoeira

*The role of historical heritage in local development in Bahia: the experience of Cachoeira*

Leonardo Freitas Neto\*  
Maurício Ferreira Silva\*\*

Palavras-chave:  
Patrimônio Histórico  
Desenvolvimento Local  
Cachoeira

Resumo: Este estudo analisa o crescimento de indicadores de desenvolvimento socioeconômico na cidade de Cachoeira, no estado da Bahia, considerando o período entre 2002 a 2016, no qual foram realizadas recuperações e reformas de edificações públicas e privadas tombadas em processo de deterioração. Para tanto, a pesquisa respaldou-se em levantamento bibliográfico, análise documental e dados estatísticos. Os dados coligidos evidenciaram uma articulação entre a política de preservação do patrimônio cultural e outras políticas públicas de desenvolvimento local, revelando uma complexa rede de colaboração que engendrou as ações voltadas para melhorias na qualidade de vida da população nas perspectivas endógena, humana e sustentável.

Keywords:  
Historical Heritage  
Local Development  
Cachoeira

Abstract: This study analyzes the growth of socioeconomic development indicators in the city of Cachoeira, in the state of Bahia, considering the period between 2002 and 2016, in which recoveries and renovations were carried out on public and privately listed buildings that were in state of deterioration. For that, the research was based on a bibliographic survey, document analysis and statistical data. The collected data showed an articulation between the cultural heritage preservation policy and other public policies for local development, revealing a complex network of collaboration that engendered actions aimed at improving the quality of life of the population in the endogenous, human and sustainable perspectives.

Recebido em 8 de setembro de 2023. Aprovado em 26 de dezembro de 2023.

## Introdução

O início do século XXI marcou o desabrochar de importantes deliberações em torno das políticas públicas no campo da cultura no Brasil, sobretudo como fomento do desenvolvimento econômico. Além da reestruturação da gestão pública, foram tomadas importantes medidas em variados segmentos, dentre as quais as políticas de

preservação do patrimônio histórico material e imaterial. Diversas localidades do país foram contempladas por tais medidas e, dentre estas, o município de Cachoeira. A cidade está localizada no Recôncavo da Bahia, região de forte influência colonial e que abriga significativo acervo.

Com efeito, no final da década de 2000, a partir da intensificação de ações realizadas pelo Programa Monumenta, viabilizado através da

\* Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)). E-mail: [leofneto@gmail.com](mailto:leofneto@gmail.com).

\*\* Doutor em Ciências Sociais. Professor Associado (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB). Docente Permanente nos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS/UFRB) e Política Social e Território (POSTERR/UFRB). E-mail: [mauriciosilva@ufrb.edu.br](mailto:mauriciosilva@ufrb.edu.br).

parceria entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com a colaboração do Estado da Bahia por meio do Instituto do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia (IPAC), o centro urbano de Cachoeira ganhou novas perspectivas de crescimento socioeconômico que abriram caminhos para um significativo processo de desenvolvimento local.

A pesquisa aborda a aproximação entre as políticas de preservação do patrimônio cultural e o desenvolvimento local no município. Mais especificamente é do interesse deste trabalho analisar a maneira pela qual a recuperação e a reutilização estratégica de imóveis, considerados patrimônios culturais, corroboraram para a melhoria dos indicadores socioeconômicos na cidade, evidenciando como esse modelo de intervenção do Estado se caracterizou como um vetor para o desenvolvimento local. O período selecionado (2002-2016) aponta alterações positivas nos indicadores, notadamente pelos desdobramentos econômicos e sociais decorrentes da revitalização dos casarões tombados - públicos, coletivos e privados - em estado de deterioração, localizados no núcleo urbano do município. Como aponta Calabre (2005, p.77) “a mensuração sistemática das ações e políticas nos permite perceber as mudanças que estão sendo processadas”.

Por fim, destaca-se que este trabalho, além da introdução e das considerações finais, está dividido em três seções. A primeira, destinada aos referenciais teóricos, discute a aproximação da preservação do patrimônio cultural com o desenvolvimento local a partir de duas categorias conceituais, de modo a identificar a pertinência de um sobre o outro. A segunda seção dedica-se à explanação da metodologia empregada na pesquisa. Por fim, a terceira seção, intitulada “Resultados e Discussões”, apresenta dados relativos aos indicadores de desenvolvimento resultantes do impacto da implantação das políticas de preservação do patrimônio no período indicado.

## Referencial teórico

Os preceitos conceituais vinculados ao desenvolvimento local abarcam diversos campos do

saber e o definem enquanto um processo endógeno percebido em territórios de menor escala, onde os grupos de agentes sociais são capazes de experimentar, além do crescimento econômico, a melhoria da qualidade de vida. Nesse sentido, há uma discussão recorrente entre os economistas que diferenciam crescimento econômico e desenvolvimento econômico, surgindo daí duas correntes de pensamento: uma que encara o crescimento como sinônimo de desenvolvimento econômico e outra que pondera tal primazia, ratificando que o crescimento não é condição suficiente para o desenvolvimento. (Souza, 2005).

Sem perder essa relação de vista, é possível aferir que o desenvolvimento, em qualquer das concepções, deve resultar do crescimento econômico acompanhado da melhoria na qualidade de vida da população e na preservação e conservação dos recursos naturais. Gilson Oliveira reforça essa noção ao diferenciar o crescimento do desenvolvimento, indicando que é preciso ver o desenvolvimento enquanto um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política, humana e social capaz de potencializar o crescimento de indicadores socioeconômicos com vistas a satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como saúde, educação, habitação, transporte, alimentação e lazer. (Oliveira, 2002).

Nesse sentido, as políticas que tentam dar conta das demandas dos moradores locais, aproveitando seu potencial criativo, tecnológico, cultural, ambiental, econômico e social endógeno, constituem importantes ferramentas de valorização da economia local, capazes de produzir renda e melhorar as condições de vida da população, numa perspectiva “de baixo para cima”. Em suma, com a valorização do território, o desenvolvimento local passa a ser impulsionado pelo potencial cultural, gerando divisas e influenciando indicadores das condições de vida do grupo em questão.

O processo de crescimento e mudança estrutural que ocorre em razão da transferência de recursos das atividades tradicionais para as modernas, bem como pelo aproveitamento das economias externas e pela introdução de inovações, determinando a elevação do bem-estar da população de uma cidade ou região. Este conceito está baseado na idéia de que localidades e

territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais e culturais, bem como de economias de escala não aproveitadas, que formam seu potencial de desenvolvimento. (Barquero, 2001, p. 57).

O desenvolvimento local é uma estratégia que considera o desenvolvimento de comunidades identificadas geograficamente por seus recursos e potencialidades. Portanto, quando falamos de desenvolvimento local, falamos do desenvolvimento das pessoas e de suas comunidades. Trata-se de criar e favorecer condições para que pessoas e comunidades potencializem suas habilidades, conhecimentos e experiências e possam aproveitar oportunidades, de modo a, através delas, obter formas de satisfazer suas necessidades, resolver problemas e melhorar sua qualidade de vida e de convívio social.

Considerando que o pressuposto central inserido na noção de desenvolvimento é a passagem de uma determinada situação para outra melhor, questiona-se: melhorar o que e para quem? Ora, quando é viabilizado com recursos endógenos, isto é, recursos oriundos da própria região, geralmente o desenvolvimento permite maximizar o potencial das pessoas em suas relações como os bens e serviços locais. O desenvolvimento endógeno é construído principalmente, ainda que não exclusivamente, sobre os recursos localmente disponíveis, tais como as potencialidades da cultura, da força de trabalho e dos modelos locais de produção e consumo.

O desenvolvimento endógeno propõe-se a atender às necessidades e demandas da população local através da participação ativa da comunidade envolvida. [...] o objetivo é buscar o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade local em seu conjunto. [...] a estratégia de desenvolvimento procura também atuar sobre as dimensões sociais e culturais que afetam o bem-estar da sociedade. (Barquero, 2001, p. 39).

O patrimônio cultural atua de três maneiras no desenvolvimento econômico dos territórios: como fonte de atividades que se referem à oferta e consumo de bens e serviços, como alavanca para potencializar os recursos do local e como fator de atração. Nos três casos é possível identificar, direta ou indiretamente, valores de uso. A partir disso conclui-se que a “economia do patrimônio” se

caracteriza como atividade de forte potencial na geração de emprego e renda, não apenas pelo segmento turístico, mas também pela atração de novos residentes e investimentos, considerando, sobremaneira, que esse patrimônio cultural seja mantido e valorizado, conforme aponta Xavier Greffe:

El valor de existencia es el que presenta un monumento independientemente de su uso. Es un valor en si mismo, unido a la existencia misma del monumento. Junto a este valor de existencia, existe un valor de uso que consiste en el hecho de que el monumento sea visitado, reorganizado, etc. [...] antes de ver cómo lo pasamos de un valor de uso a diferentes valores económicos, es importante hacer hincapié en la gravedad del problema y la creciente importancia sacada del valor de uso en la crisis financiera que enfrenta actualmente a los países. (Greffe, 2023, 02).

A partir do final da década de 1980, foram intensificadas propostas de conferências mundiais destinadas à discussão da cultura como um vetor de desenvolvimento mundial. Um exemplo significativo desses eventos foi “Las Políticas Culturales (Mondiacult)”, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou a Década Mundial do Desenvolvimento Cultural (1988-1997), com a criação simultânea da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Em 1996, o trabalho realizado pela Comissão deu origem ao relatório intitulado Nossa Diversidade Criadora, que reafirma as teses aprovadas pela Mondiacult e formula uma agenda dedicada a mobilizar a comunidade internacional para o enfrentamento dos desafios envolvendo a conjunção cultura e desenvolvimento. Em 1998 a Unesco realizou, em Estocolmo, a Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento, que propôs um plano de ação dedicado ao reforço do papel das políticas de preservação do patrimônio cultural nas estratégias de desenvolvimento, afirmando a necessidade de proteção e promoção da diversidade cultural.

Mais recentemente, dando continuidade a esse impulso, a MONDIACULT 2022, realizada de 28 a 30 de setembro na Cidade do México, se

destacou como o maior encontro mundial sobre cultura dos últimos 40 anos, com o potencial de reunir cerca de 2.600 participantes, incluindo 135 ministros de cultura. Neste encontro histórico foi deliberado pelos participantes a adoção da Declaração MONDIACULT 2022, que mapeou desafios e oportunidades para as políticas culturais e o desenvolvimento sustentável em âmbito global. A conferência reforçou o papel da cultura como um bem público global e sublinhou a importância da relação entre o patrimônio cultural e a economia, uma continuação direta das iniciativas anteriores da Unesco para promover a diversidade cultural e o desenvolvimento em uma escala global.

David Throsby (2001) reconheceu a importância da cultura para o desenvolvimento econômico, uma vez que a maneira pela qual um grupo social se comporta está diretamente relacionada ao conjunto de valores e fatores culturais que se fazem representar nessa sociedade.

[...] a escala agregada, podríamos observar la influencia de la cultura em los resultados macroeconómicos medidos según indicadores de eficacia como la tasa de crecimiento del PIB per cápita, las tasas de cambio tecnológico, los niveles de empleo, los índices e direcciones del cambio estructural, etc., y según los indicadores de equidad tales como los patrones de distribución de la renta, los programas de bienestar social (especialmente el cuidado de los ancianos e los enfermos), la oferta de servicios comunitarios y la voluntad de establecer programas de inversión pública a largo plazo. (Throsby, 2001, p. 76).

Esse entendimento pressupõe adotar uma visão da preservação do patrimônio menos endógena, ou seja, para além da preservação per se, ampliando seu alcance para o potencial socioeconômico e o consequente desenvolvimento advindo das ações de preservação. Nesse sentido, o objetivo transcende a finalidade exclusiva de recuperação do patrimônio, estimulando e facilitando o usufruto do bem restaurado, o que contribui, como veremos a partir do exemplo de Cachoeira, para ampliar o leque de apropriação da sociedade, promovendo maior dinamismo econômico local.

## Metodologia

Em função de seu papel estratégico no processo de consolidação da exploração do império português, o município de Cachoeira possui importante patrimônio histórico-cultural que remonta ao período colonial. Sua localização geográfica, de acesso e de terras férteis, possibilitou importante papel no desenvolvimento da cultura agrícola, sobretudo da cana-de-açúcar, da mineração de ouro e do tráfico de escravos para a capital Salvador e outras regiões, tornando-a referência para o domínio político de então. Por conseguinte, a área urbana, que hoje constitui a região tombada pelo IPHAN, agregou igrejas, hotéis, casarões, comércios e residências menores para as camadas sociais inferiores. Esse contingente representou o foco de investimentos do projeto de reforma e restauração.

A dimensão proposta para a pesquisa envolve o impacto que a política pública de preservação proporcionou em seus variados cenários. Isso porque o Programa Monumenta direcionou investimento à reforma de instalações privadas e públicas, envolvendo pessoas físicas e jurídicas. Tal projeto ratifica o entendimento de que, na realidade atual, o horizonte do desenvolvimento local passa, necessariamente, pelo apoio das instâncias subnacionais e nacionais das estruturas administrativas e políticas do país.

A despeito do curto período de tempo que se tem para avaliar essa nova configuração da participação do Estado e da sociedade na busca de solução pra seus problemas, há sinais de que as iniciativas – aí se incluindo as de desenvolvimento local -, quando não contam com a participação do Estado, vivenciam fracassos. Do mesmo modo que a sociedade ainda não controu formas de solucionar seus problemas mais emergenciais sem a participação do Estado, o poder local também necessita de um envolvimento do poder nacional em suas iniciativas. Tal envolvimento não significa, necessariamente, uma participação direta nas iniciativas, mas, sim, na definição de diretrizes e de aporte financeiro e técnico. (Ultramarini e Duarte, 2009, 28).

Como toda política pública, o objetivo central do projeto é melhorar as condições de vida

dos grupos sociais envolvidos. Por este motivo, o trabalho em tela está inserido em um escopo de abordagem multidisciplinar característico das ciências sociais, visto que, como afirma Celso Furtado, “às bases interdisciplinares da teoria do desenvolvimento deve-se, certamente, a fecundidade da reflexão crítica que ela vem estimulando, da qual é de esperar que surjam novos caminhos para o trabalho de construção teórica nas ciências sociais”. (Furtado, 2013,196).

Partindo desta premissa, a pesquisa tem como objetivo geral entender a relação entre preservação do patrimônio histórico e desenvolvimento local no município de Cachoeira afim de responder a seguinte indagação: as políticas de preservação do patrimônio histórico-cultural, mais especificamente a recuperação e reutilização estratégica de imóveis tombados em estado de deterioração, executadas durante o período de 2002 à 2016, influenciaram positivamente no desenvolvimento local?

Embasada em uma perspectiva interdisciplinar, a pesquisa insere-se na base teórica apresentada por Amartya Sen em torno do conceito de desenvolvimento. Para Sen, o crescimento econômico não pode ser a única variável analítica, visto que o desenvolvimento “tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos”. (SEN, 2000, 29). Este entendimento foi fundamental para expandir a compreensão circunscrita a fatores econômicos estruturais representada pelos dados oriundos do PIB (Produto Interno Bruto) e incorporar ao conceito de desenvolvimento o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

Até 1990, o grau de desenvolvimento dos países era definido com base apenas em parâmetros econômicos, como o crescimento e o tamanho do Produto Interno Bruto (PIB). Mas esses indicadores eram insuficientes, porque excluía qualquer avaliação sobre a qualidade de vida da população. Em 1990, o economista paquistanês Mahbub Ul Haq criou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), um padrão de medida comparativa que engloba três dimensões: riqueza, educação e esperança média de vida. O modelo foi incorporado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que, a partir de 1993, passou a incluí-lo no seu relatório anual. O trabalho rendeu a Mahbub Ul

Haq e a seu colaborador, o economista indiano Amartya Sen, o Prêmio Nobel de Economia de 1998. (IPEA, 2009, 76).

O IDH adquiriu importância fundamental a partir de 1990, passando a ser calculado anualmente. Segundo aponta o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o indicador aos poucos tornou-se referência mundial e suas derivações impactaram as análises em torno do desenvolvimento local. No caso brasileiro, aponta o instituto, ele “tem sido utilizado pelo governo federal e por administrações regionais através do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)”. (IPEA, 2009, 76). Com base neste entendimento, esta pesquisa se utiliza do próprio IDH-M e de outros dois indicadores auxiliares, Habitação e Emprego/Ocupação, para dimensionar, a partir da apresentação e interpretação de dados oficiais, o impacto social representado pela política de preservação do patrimônio histórico.

Para a pesquisa de dados documentais institucionais, tais como editais, relatórios, decretos referentes às políticas de preservação implementadas em Cachoeira, foram empreendidas visitas na casa do patrimônio que sedia o IPHAN em Cachoeira, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no IPAC, no Arquivo Público da Bahia, no escritório dos órgãos de preservação, na sede da Unidade Executora de Projetos (UEP) do Programa Monumenta de Cachoeira, nas Secretarias Municipais de Planejamento, Cultura e Turismo de Cachoeira, na Caixa Econômica Federal. Além disso, foram consultados ambientes virtuais de órgãos governamentais destinados à cultura.

Embora haja registros de tombamentos em edificações localizadas em distritos e na zona rural, as intervenções do Monumenta, com vistas à preservação e uso estratégico dos imóveis tombados, foram percebidas na zona urbana do município, o que justifica sua delimitação como o locus desta pesquisa. Por conseguinte, isto pressupõe recorrer às técnicas de estudos de caso e de análise sócio-históricas que se constituem como métodos de abordagens investigativas comuns no campo das Ciências Sociais. O estudo de caso é reconhecido pelo aprofundamento analítico do objeto de modo que viabilize seu amplo e detalhado conhecimento. Para fazer uma investigação consistente do fenômeno e seu contexto de realidade é necessário se



ater para várias fontes que tragam evidências da situação analisada. (Gil, 2007).

## Resultados e discussão

Esta seção apresenta os resultados e discussão destes e está metodologicamente dividida em duas sub-seções: a primeira, intitulada “A cidade e seu patrimônio histórico” é composta pela apresentação histórica e conceitual do patrimônio histórico da cidade de Cachoeira, enquanto a segunda, intitulada “O impacto da preservação no desenvolvimento local”, dedica-se à apresentação dos dados quantitativos relativos ao impacto que a preservação do patrimônio trouxe, enquanto política pública, ao desenvolvimento econômico-social do município.

### A cidade e seu patrimônio histórico

O município de Cachoeira, situado às margens do rio Paraguaçu no Recôncavo da Bahia, surgiu a partir da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, em 1674. A antiga Freguesia, depois designada, em 1698, como Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira do Paraguaçu, se caracterizava como importante rota em direção ao sertão, ao recôncavo, às minas gerais e a Salvador, então capital da colônia.

A economia da região foi marcadamente constituída pela agricultura baseada na cana-de-açúcar, da mineração de ouro e pelo intenso tráfico de escravos facilitado pelo acesso a estradas reais e pela navegação do Rio Paraguaçu. Esses fatos contribuíram para o rápido desenvolvimento econômico e político da região a partir do século XVIII. Por conseguinte, a “sociedade cachoeirana”, que detinha grande influência política, participou ativamente das guerras pela Independência da Bahia, em 1821, constituindo a Junta de Defesa. A vila foi elevada à categoria de cidade por decreto imperial de 13 de março de 1873 (Lei Provincial nº 43).

A região foi explorada a partir da metade do século XVI, mas o povoado nascido em torno das atividades dos engenhos de açúcar só começou a crescer de fato um século mais tarde, tornando-se, no início do século XIX, um dos municípios mais

extensos da Bahia. O município, ligado pela Ponte Dom Pedro II ao município de São Félix é constituído, atualmente, pela sede - que corresponde ao núcleo urbano - e pelos distritos de Belém de Cachoeira e Santiago do Iguape, que juntos ocupam uma área de aproximadamente 399 km<sup>2</sup>.

O patrimônio material da cidade surgiu a partir do século XVIII, apogeu da economia açucareira da região. A construção civil e sua respectiva manutenção eram realizadas pelos órgãos públicos e por ações voluntárias da sociedade civil; os imóveis coletivos, tais como os templos religiosos, eram financiados pelas respectivas confrarias e grupos religiosos que atuavam na localidade, algumas encampadas pela elite financeira da época, o que evidencia um processo de desenvolvimento para além dos investimentos públicos.

A importância do patrimônio histórico para a sociedade e, sobretudo, para o poder público local, pode ser percebida já no início do século XX. Na segunda metade da década de 1920 o governo regional encaminhou normas para a salvaguarda dos conjuntos arquitetônicos e paisagísticos; dessa ação se originou a lei que deu início à Inspeção Estadual de Monumentos Nacionais que, dentre outras atribuições, realizava periodicamente inventários dos monumentos presentes nos municípios da região, trabalhando ainda para a conservação desses sítios como acervos ao céu aberto dos diferentes momentos da história do país.

O tombamento desse patrimônio pelo IPHAN teve início na década de 1970, quando a presidência da república conferiu ao município o status de “Cidade Monumento Nacional” e “Cidade Heróica”, em reconhecimento ao considerável acervo arquitetônico e pela histórica atuação nas conquistas que marcaram a independência do Brasil (do Decreto 68 045, de 13 de Janeiro de 1971). Registrado no Livro de Tombo Arqueológico, etnográfico e paisagístico, essa política objetivava proteger não apenas imóveis tombados isoladamente, mas a totalidade do seu acervo arquitetônico. Não obstante ao fato de que muitos imóveis foram tombados individualmente na década de 1940.

As ações deste último tombamento coletivo contemplaram, aproximadamente, 670 (seiscentos e setenta) edificações. Este patrimônio inclui

edificações do século XVII, embora a maior parte dos imóveis que formam o conjunto arquitetônico da cidade foi construída nos séculos XVIII e XIX, sendo caracterizada tanto pela linguagem arquitetônica colonial luso-brasileira, como pela tendência neoclássica observada em algumas edificações.

Embora o tombamento nesta perspectiva tenha um efeito de restrição de um bem, o proprietário e os usuários continuam com a responsabilidade de conservá-lo e podem ser compensados pelo poder público através de mecanismos de fomento, tais como financiamentos para reformas, isenção de impostos e taxas do imóvel, ou da atividade praticada nele. Segundo Azevedo e Corrêa (2013), somente com o início das ações do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN (posteriormente Transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN), intensificaram-se as ações visando à preservação dos bens culturais no Brasil, considerando o uso e a apropriação do patrimônio pelos diferentes grupos.

Entre os anos de 2002 a 2016, o Brasil experimentou uma época de calorosas discussões e reformas nas políticas públicas voltadas para o campo cultural. Com efeito, as mudanças mais significativas ocorreram a partir da iniciativa do Governo Federal em realizar várias intervenções com vista à garantir a preservação e valorização do patrimônio material e imaterial, sendo a cidade de Cachoeira uma das contempladas. O processo viabilizou o uso estratégico de alguns bens que se encontravam em estado de arruinamento. Além disso, contemplou a peculiaridade e diversidade cultural (pluralidade de manifestações, festejos e ritos). O investimento público na preservação objetivou potencializar o processo de desenvolvimento socioeconômico através da atração de divisas provenientes do fluxo turístico, da economia dos bens e serviços culturais.

O centro urbano de Cachoeira ganhou novas perspectivas de crescimento socioeconômico que abriram caminhos para um novo processo de desenvolvimento local. E isso ocorreu, sobretudo, a partir do incentivo proporcionado pelo programa Monumenta, uma vez que Cachoeira foi uma das 25 cidades brasileiras contempladas. Dentre as obras

destacam-se os imóveis privados que foram recuperados para serem utilizados como residências ou pontos comerciais, os imóveis coletivos, o Cineteatro Cachoeirano (antigo Cineteatro Glória) e o Quarteirão Leite Alves, preparado para receber a sede do Centro de Artes Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. O investimento atingiu, no total, 80 imóveis públicos e privados considerados monumentos tombados pelo IPHAN.

O Projeto Monumenta carregou a proposta de manter viva a lembrança de pessoas, fatos ou lugares que expressam valor e significado histórico e cultural. O financiamento para a recuperação de imóveis privados caracterizou-se como um instrumento inovador e pioneiro que permitiu aos moradores e usuários de centros históricos conservarem os edifícios que compõem o conjunto urbano protegido. O objetivo do Programa passou a ser a realização de intervenções que aliassem a preservação do patrimônio cultural ao desenvolvimento local, por meio de articulações com outras políticas destinadas a melhorias nas condições de vida dos moradores locais, tais como geração de emprego e renda, habitação, acesso à educação e estímulo à inclusão social. De acordo com Bonduki:

O fato é que, no segundo semestre de 2009, quando a maior parte das obras já tinha sido concluída, a cidade havia dado um salto extraordinário em relação à situação presenciada em 2006. As ruas estavam mais movimentadas, a quantidade de jovens nos espaços públicos aumentou significativamente e muitos edifícios comuns situados na área protegida encontravam-se em recuperação, com ou sem o apoio do programa (Bonduki, 2010, p. 252-255).

Com efeito, na tentativa de reverter a perspectiva de estagnação que envolve a preservação do patrimônio, as intervenções do Monumenta em Cachoeira pretenderam promover uma guinada na dinâmica socioeconômica local. Um dos marcos dessa proposta foi a instalação do campus da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, sendo esta a experiência inicial do programa em termos de restauração de edifícios históricos. Nesta perspectiva, ainda segundo Bonduki:

A implantação de cursos universitários em núcleos históricos, como estratégia para possibilitar uma preservação sustentável de pequenas cidades em estado de estagnação, constituiu uma alternativa de grande impacto proposta pelo Programa Monumenta. Trata-se de uma forma criativa de atrair recursos de outras esferas de governo, garantindo estabilidade para os núcleos históricos. Por meio dessa proposta, criou-se uma nova demanda para os edifícios da área protegida por tombamento que se encontravam desocupados, subutilizados ou em ruínas, em decorrência da perda de sua função original. Novos usos dinâmicos, capazes de impulsionar de maneira continuada a reabilitação de edifícios e espaços urbanos, faziam-se necessários (Bonduki, 2010, p. 232).

Outra ação significativa do Programa Monumenta foi a possibilidade de financiamento para a recuperação de imóveis privados. Notadamente, entre os anos de 2013-2016, 38 propostas tiveram parecer favorável para a concessão do financiamento para restauração ou reforma. (DIOGO, 2009). O valor total dessa linha de crédito atingiu R\$ 2.940.371,36. Esses números levaram Cachoeira ao segundo lugar no *ranking* das cidades que mais receberam recursos para recuperação de imóveis privados, com a média de 4,22 contratações e R\$ 326.707,93 anuais.

## O impacto da preservação no desenvolvimento local

Esta seção se dedica à apresentação dos resultados obtidos em torno da análise dos indicadores sociais do município. A pesquisa contemplou três indicadores: Habitação; Ocupação/Emprego e IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal). Em linhas gerais é possível constatar, a partir da convergência dos dados, o impacto positivo resultante da política de preservação do patrimônio.

**Quadro 1 – Indicadores de Habitação**

Indicadores de Habitação - Cachoeira / BA	1991	2000	2010
População em domicílios com água encanada (%)	48,66	55,33	82,66
População em domicílios com energia elétrica (%)	80,15	86,02	99,29
População em domicílios com coleta de lixo (%)	47,50	84,11	93,51

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Adaptado pelos autores.

Com base nas categorias vinculadas aos aspectos básicos do indicador de habitação, é possível constatar a progressiva melhora nas condições de moradia na cidade durante a década de 2000. Mesmo sem desconsiderar o cenário positivo existente no período anterior (entre 1991 e 2000), é notório que a quantidade de residências com água encanada, energia elétrica e coleta de lixo aumenta substancialmente durante a fase de implementação das políticas de proteção do patrimônio cultural. O município vislumbra, em 2010, um cenário de quase totalidade em duas categorias e de mais de 80% em termos de fornecimento de água encanada.

Na perspectiva deste estudo, a preservação do patrimônio cultural em Cachoeira integra um conjunto de intervenções estruturadas que objetivaram assegurar, entre outras coisas, o direito à habitação nos núcleos históricos para os segmentos mais excluídos da sociedade. Condiz com a elaboração de uma política urbana com propostas setoriais que, naquele momento, previam intervenções nas áreas de habitação, saneamento básico, transporte e planejamento territorial (MARICATO, 2005), tendo em vista a busca em adequar os imóveis às exigências das normas elétricas e de saneamento com reforço das estruturas físicas.

Além da habitação e reestruturação urbana, a expectativa da população afetada gira em torno da inserção econômica, sendo a geração de empregos o principal fator. O quadro a seguir demonstra as mudanças sofridas pela localidade neste sentido.



**Quadro 2 – População economicamente ativa**

<b>INSERÇÃO (18 anos ou mais)</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Taxa de atividade (%)	55,24	64,65
Taxa de desocupação (%)	18,84	11,90
Grau de formalização dos ocupados (%)	40,98	41,43
<b>OCUPAÇÃO POR ESCOLARIZAÇÃO (18 anos ou mais)</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Ocupados com ensino fundamental completo (%)	40,08	52,76
Ocupados com ensino médio completo (%)	30,07	40,26
<b>OCUPAÇÃO POR ESCOLARIZAÇÃO (18 anos ou mais)</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Adaptado pelos autores.

Um dos principais objetivos do Programa focou a ocupação, pela população local, dos postos de trabalho oriundos da política de preservação. A importância desta iniciativa pode ser constatada a partir do aumento no número de pessoas empregadas em Cachoeira no período, que converge com os dados registrados nos censos realizados pelo IBGE.

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (população que era economicamente ativa) passou de 55,24%, em 2000, para 64,65% em 2010. Ao mesmo tempo, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada decresceu de 18,84%, em 2000, para 11,90% em 2010. Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 27,97% trabalhavam no setor agropecuário, 0,29% na indústria extrativa, 5,13% na indústria de transformação, 7,93% no setor de construção, 0,52% nos setores de utilidade pública, 18,96% no comércio e 36,27% no setor de serviços. Coincidindo com o período, em 2002 começou a funcionar na cidade o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), que se desdobrou em FAT Habitação - que buscava gerar emprego na cadeia produtiva da construção civil - e em FAT Pró-inovação, em apoio às empresas de capital nacional.

Outra consequência importante diz respeito ao nível de escolarização no âmbito das ocupações remuneradas. Há crescimento significativo, durante

o período pesquisado, do nível de formação dos trabalhadores. Enquanto o índice de ocupação dos que possuem ensino fundamental completo salta de 40,08% (2000) para 52,76% (2010), o índice dos que possuem ensino médio completo passa de 30,07% (2000) para 40,26% (2010), demonstrando, per si, o estímulo do novo cenário no processo de capacitação. Neste caso, um dos impulsionadores é o campo da construção civil especializada, visto que a reforma de imóveis considerados patrimônio cultural demandam profissionais com formação técnica específica com vistas a garantir as características originais dos imóveis restaurados.

Os resultados positivos percebidos em termos das taxas de ocupação e habitação convergem com o desenvolvimento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) da cidade. As três dimensões que compõem o índice – Educação, Longevidade e Renda – também apresentam dados positivos no período pesquisado, conforme demonstra o quadro abaixo:

**Quadro 3 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)**

<b>Educação</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
IDHM Geral	0,372	0,577
18 anos ou mais com fundamental completo (%)	31,39	49,27
5 a 6 anos na escola (%)	75,62	96,93
11 a 13 anos com fundamental completo (%)	46,90	69,69
15 a 17 anos com fundamental completo (%)	24,33	41,60
<b>Longevidade</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
IDHM Geral	0,675	0,762
Expectativa de vida (anos)	65,51	70,72
<b>Ocupação por escolarização (18 anos ou mais)</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
IDHM Geral	0,546	0,615
Renda <i>per capita</i> (R\$)	239,23	368,11
Extremamente pobres (%)	26,17	16,73
Pobres (%)	51,52	33,83
Índice de Gini	0,59	0,56

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Adaptado pelos autores.

O IDHM de Cachoeira passou de 0,516, em 2000, para 0,647 em 2010, o que representa uma taxa de crescimento de 25,39%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 72,93% entre 2000 e 2010. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,205), seguida por Longevidade e por Renda. Cabe ressaltar que, no que tange à longevidade, a expectativa de vida entre a população de Cachoeira subiu mais de cinco anos no período pesquisado, passando de 65,51 para 70,72 anos.

Por fim, no que concerne à dimensão relacionada às questões de renda da população, é possível constatar que a renda per capita média de Cachoeira cresceu 130,30% no período selecionado, passando de R\$ 239,23, em 2000, para R\$ 368,11 em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 4,49%. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 sofreu queda acentuada, passando de 51,52%, em 2000, para 33,83% em 2010. Por conseguinte, a involução da desigualdade de renda pode ser descrita através do índice de Gini, que é utilizado para medir o grau de concentração de renda: constata-se que, neste período, a taxa de 0,59 averiguada no ano de 2000 recuou para 0,56 em 2010.

## Considerações finais

Face ao exposto, o aspecto *sui generis* da presente pesquisa se refere à abordagem da complexa relação entre as políticas de preservação do patrimônio cultural com outras políticas públicas que se destinam ao desenvolvimento local, relacionadas, intrinsecamente, com a utilização dos imóveis recuperados pelo Programa Monumenta no município de Cachoeira. Para exemplificação, dentre essas políticas públicas de desenvolvimento, citam-se: política habitacional, tendo em vista a melhoria dos indicadores de habitação; o acesso ao ensino superior por meio da utilização do Quarteirão Leite Alves que sedia o campus da UFRB; o acesso a bens e serviços culturais, consoante à utilização do Cineteatro Cachoeirano; geração de emprego e

renda a partir, sobretudo, da recuperação e uso de imóveis que se desdobraram em estabelecimentos comerciais, pousadas, restaurantes, hospedarias, etc. Além do setor de serviços, vale ressaltar os postos de trabalho gerados na construção civil especializada em imóveis tombados e as atividades turísticas, que também apresentaram um ascendente considerável na cidade em comparação aos anos anteriores.

Ainda é possível mencionar o crescimento quantitativo e qualitativo das atividades culturais realizadas na cidade em função das melhorias na estrutura dos espaços que as abrigam, bem como em relação ao nível de profissionalização com que são organizadas. Efetivamente, os grupos culturais passaram por processo de profissionalização, de modo que estão sempre entre as atrações dos diversos festivais de música, apresentações teatrais, oficinas de dança e outros. Cabe referência, ainda, aos festivais cinematográficos e à Festa Literária Internacional de Cachoeira (FLICA), que se consolidou no calendário artístico-cultural da cidade após a primeira edição, em outubro de 2011.

Em síntese, a abordagem das teorias e da história em torno das políticas culturais em Cachoeira, somada à análise dos indicadores socioeconômicos apresentados nesta pesquisa, apontam para a relevância das políticas de preservação do patrimônio cultural, mais especificamente executada pelo Programa Monumenta, como um importante vetor para o desenvolvimento local. É possível afirmar que o Programa tornou-se referência de política pública por demonstrar, através de sua implementação, a capacidade de promover melhorias na qualidade de vida da população estudada. Sendo pertinente registrar, ainda, que as ações do Monumenta em Cachoeira não resultaram em processo de gentrificação na referida cidade, tal como se observa atualmente em outras localidades nas quais o programa mencionado foi, de igual modo, implementado.

## Referências

ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento de Cachoeira**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/290490#idhm-all>. Acesso em: 22 mar. 2023.

AZEVEDO, Paulo Ormindio David de; CORRÊA, Elyane Lins. (Orgs). **Estado e Sociedade na Preservação do Patrimônio**. Salvador: EDUFBA; IAB, 2013.

BARQUERO, Antonio Vásquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2010.

CALABRE, Lia. Política cultural no Brasil: um histórico. *In*: Calabre Lia (Org.). **Política culturais: diálogo indispensável**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2005.

DIOGO, Érica. (Org). **Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos**. Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2009.

FURTADO, Celso. O desenvolvimento do ponto de vista interdisciplinar. *In*: AGUIAR, Rosa Freire de. (Org.) **Essencial Celso Furtado**. 1ª ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GREFFE, Xavier. El valor económico del patrimonio. *In*: ROMERO, Salvador Catalán; RUEDA, Antonio Javier González; ANDRÉS, Luis Ben. **Manual Atalaya de apoyo a la gestión cultural**. Cádiz: Observatorio Atalaya Servicio de Extensión Universitaria del Vicerrectorado de Cultura de la Universidad de Cádiz, 2023. Disponível em: <https://atalayagestioncultural.uca.es/8-4-el-valor-economico-del-patrimonio/> Acesso em: 23 mai. 2023.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2010. **Panorama do Município de Cachoeira**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/cachoeira/panorama>. Acesso em: 22 mar. 2023.

INSTITUTO de Pesquisas Aplicadas. Medindo o bem-estar das populações – IPEA. *In*: Desafios do Desenvolvimento/Brasil nos Trilhos. Brasília: **Revista Desafios**, outubro-novembro, 2009. Ano 7. Número 55. Disponível em: [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br). Acessado em 26 jun. 2023.

MARICATO, Ermínia. A Nova Política Nacional De Habitação. **Jornal O Valor**, v. 24. Novembro, 2005.

OLIVEIRA. Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento econômico**. 5 ed. Revisada, São Paulo: Editora Atlas, 2005.

THROSBY, David. **Economía y Cultura**. Trad. De Cristina Piña y María Condor. 1ª ed. Cambridge University Press, Madri, Espanha, 2001.

ULTRAMARI, Clovis; DUARTE, Fábio. **Desenvolvimento Local e Regional**. Curitiba: Ibpx, 2009.

UNESCO. **MONDIACULT 2022**. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/mondiaicult2022>. Acesso em: 04 dez. 2023.